

CCJ pode votar hoje fundo de R\$ 3 bi contra violência

A Comissão de Justiça deve deliberar hoje sobre a proposta de Antonio Carlos Magalhães que cria um fundo anual de pelo menos R\$ 3 bilhões para combater a violência. Demostenes Torres informou que a CCJ poderá votar mais dois itens relacionados à segurança pública: a criminalização do uso de telefones celulares em presídios e o aumento do tempo exigido para a progressão de pena para autores de crimes hediondos. Em Plenário, Antonio Carlos e Gerson Camata criticaram os gastos com transportes de presos para audiências, enquanto Magno Malta insistiu na criação de uma comissão permanente sobre segurança. **Página 5**



Mocri/Vitaz

Em reunião presidida por Eliseu Resende (de costas), Comissão de Assuntos Econômicos examinou extensa pauta

CAE quer maior rigor contra abuso de bancos

Regulação da concorrência no setor deve ser transferida do Banco Central para o Cade, segundo projeto aprovado ontem por comissão do Senado

A proposta de Antonio Carlos Magalhães acolhida pela CAE determina que a função de reprimir abusos de poder econômico praticados por bancos passa ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), vinculado ao Ministério da Justiça. Os senadores também aprovaram requerimento de Marconi Perillo para que o projeto seja examinado com urgência em Plenário. Segundo Antonio Carlos, as distorções no setor resultam em crescente elevação de tarifas, de juros e de spreads (diferença entre o que é pago aos aplicadores e o custo cobrado aos tomadores de recursos), provocando “desmesurado aumento” do lucro dos bancos. **Página 6**



Mocri/Vitaz

Renan (E) conversa com Paulo Ziulkoski e o senador Neuto de Conto

Renan vê novos espaços para atender pedidos dos municípios

Presidente do Senado diz que negociações para renovar CPMF e DRU viabilizam reivindicações. **Página 3**

Pensão para vítimas de hanseníase

Projeto de Tião Viana aprovado ontem pela CAE concede pensão vitalícia de R\$ 700 mensais a vítimas de hanseníase que foram isoladas. **Página 6**

Projetos de interesse das mulheres

As bancadas femininas do Senado e da Câmara definiram uma lista de 29 projetos que deverão ser analisados com urgência. Seis deles estão prontos para exame pelo Plenário do Senado, inclusive o que cria programa habitacional para mulheres que sustentam a família. **Página 8**

Mais três datas podem virar feriados nacionais



Mocri/Vitaz

Cristovam Buarque (D) preside reunião da CE: senador cobra atenção para a educação

A Comissão de Educação aprovou projeto de Valdir Raupp que inclui entre os feriados a terça-feira de carnaval, a sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de Corpus Christi. A comissão fará audiências para debater o Programa de Desenvolvimento da Educação e os projetos sobre planejamento familiar e ampliação da licença-maternidade. **Página 7**

Senadores homenageiam ex-governador, destacando sua trajetória política e sua luta contra a ditadura militar

Seis anos da morte de Mário Covas

Os seis anos da morte do ex-senador e governador de São Paulo, Mário Covas – falecido em 6 de março de 2001 – foram lembrados ontem, em Plenário. Destacando sua trajetória política e luta contra a ditadura militar, os senadores aprovaram requerimento de voto de lembrança para Covas.

Fundador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – que depois deu origem ao PMDB – e do PSDB, Mario Covas foi deputado federal, senador, prefeito da cidade de São Paulo e governador daquele estado, entre outros cargos públicos. Em 1969, teve seu mandato cassado pelo regime militar e os direitos

políticos suspensos por dez anos. Covas faleceu antes de encerrar seu segundo mandato consecutivo como governador.

– Ele faz falta neste Plenário – entatizou Marconi Perillo (PSDB-GO), acompanhado na homenagem a Covas pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (PFL-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI), Renato Casagrande (PSB-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Romero Jucá (PMDB-RR) e Flávio Arns (PT-PR).

Azeredo comemora lançamento de programa educacional em Minas

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comemorou ontem, em Plenário, o lançamento do programa Poupança Jovem pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves. A iniciativa beneficiará estudantes de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com depósito anual de R\$ 1 mil em nome de alunos da rede estadual de ensino médio. Ao final de três anos, a quantia poderá ser sacada pelos beneficiados, desde que apresentem bom desempenho escolar e não se envolvam em delitos ou atividades criminosas.

Conforme o senador, em 2007,



Programa Poupança Jovem beneficiará estudantes da rede estadual, diz Azeredo

serão investidos R\$ 50 milhões no programa, que tem como meta beneficiar 50 mil jovens até 2010.



Flexa diz que os R\$ 20 milhões não irão garantir que brasileiros sejam assentados

Flexa Ribeiro critica repasse de verbas para a Bolívia

Ao criticar a medida provisória editada pelo presidente Lula que repassa R\$ 20 milhões para promover a reforma agrária na Bolívia, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que “o Brasil não deve deixar de ter relações com seus vizinhos, mas também não pode, em hipótese alguma, ficar de joelhos diante dos ataques econômicos feitos por esses mesmos vizinhos, em nome de sua menor condição econômica”.

O senador leu editorial publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo no último domingo, que critica o objetivo da MP 354 e “a forma telegráfica e hermética na qual sua ementa foi escrita, omitindo a real intenção da medida”.

O jornal cita estudo feito pela assessoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que apurou que as leis bolivianas proíbem a compra de terras por estrangeiros. Ou seja, o governo do Brasil estaria repassando milhões de reais sem a mínima garantia legal de que seus cidadãos seriam assentados. “É obrigação do governo Lula preocupar-se com as 7 mil famílias brasileiras radicadas na Bolívia. Também é sua obrigação preocupar-se com os 200 mil bolivianos que vivem e trabalham irregularmente no Brasil”, conclui o editorial.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

O Plenário realiza sessão deliberativa às 14h. Cinco novas medidas provisórias foram lidas ontem e juntam-se na pauta a outras três que aguardam deliberação. As oito MPs podem ser votadas a partir de hoje, abrindo espaço para exame de outras proposições.

Congresso comemora o Dia Internacional da Mulher

Sessão especial para comemorar o Dia Internacional da Mulher será promovida pelo Congresso Nacional, às 10h. Na ocasião, será entregue o Diploma Mulher-Cidadã

Bertha Lutz para Beatriz Moreira Costa, Sueli Batista dos Santos, Ivana Farina Navarrete Pena, Maria Yvone Loureiro Ribeiro e Moema Libera Viezzer.

Exames obrigatórios para recém-nascidos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove reunião, às 11h30, destinada a analisar 11 itens. Na pauta, substitutivo que torna obri-

gatória a realização de exames em recém-nascidos para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria.

Comissão examina concessões de rádio e televisão

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se, às 8h45, para analisar 24 projetos de decreto legislativo que dispõem sobre auto-

rização ou renovação de concessão de funcionamento de emissoras de rádio e de televisão em diversas cidades do país.

Energia nuclear em pauta

Encontra-se na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) requerimento que convida o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, para debater projetos de implantação de energia nuclear como parte da matriz energética. Também será

analisado convite ao presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria, para discutir proposta que permite a comercialização do pão francês tanto por peso quanto por unidade. A reunião está marcada para as 9h.

Combate à violência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se às 10h para analisar, entre outras propostas, a que prevê a criação do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade e a mensagem que indica William de Oliveira para ministro do STM.

Aula inaugural

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) realizam, às 10h, a aula inaugural do ano letivo de 2007. No encontro, será apresentada a palestra “O Poder Legislativo e a sociedade”, pelo professor Celestino Secco.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, César Borges, Romeu Tuma, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo

Conselho de Ética do Senado tem nova composição

O Plenário elegeu ontem os membros titulares do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem a atribuição de zelar pela preservação da dignidade do mandato dos senadores. O colegiado é formado por 15 membros titulares e igual número de suplentes.

São os seguintes os novos integrantes do conselho: Bloco de Apoio ao Governo – Augusto Botelho (PT-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Renato Casagrande (PSB-ES), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Sibá Machado (PT-AC); PMDB – Wellington Salgado (MG), Valter Pereira (MS), Gilvam Borges (AP) e Leomar Quintanilha (TO); PFL – Demostenes Torres (GO), Heráclito Fortes (PI) e Adelmir Santana (DF); PSDB – Marconi Perillo (GO) e Marisa Serrano (MS); e PDT – Jefferson Péres (AM). Romeu Tuma (PFL-SP) foi reeleito corregedor do Senado.



Tuma diz que Polícia Federal enviou a delegacias pedido de informações

Tuma quer apuração de suposta lavagem de dinheiro em jogos

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) aguarda que a Polícia Federal investigue supostos crimes de lavagem de dinheiro por meio de prêmios das Loterias da Caixa Econômica Federal. Ele lembrou denúncia feita na semana passada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que cobrou uma investigação na administração das loterias, ressaltando que esses delitos podem estar sendo praticados por quadrilhas integradas por servidores da instituição.

– Conversei com delegados da Polícia Federal que me informaram que um pedido de informações do Senado foi repassado às delegacias nos estados de origem do pagamento desses prêmios, e assim que se obtiver as informações da investigação elas serão repassadas à Casa – acrescentou Romeu Tuma.

Ao receber membros do Movimento Municipalista Nacional, senador diz que negociação em torno da renovação da CPMF e DRU abre espaço para debater reivindicação de prefeitos

Renan: momento é propício para rever divisão do bolo tributário

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse ontem que as negociações em torno da renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU) serão oportunidade ideal para discutir as reivindicações dos municípios por maior participação no bolo tributário. A sugestão foi apresentada durante audiência na qual recebeu representantes do Movimento Municipalista Nacional.

A CPMF e a DRU (instrumento que permite ao governo dispor de 20% da receita orçamentária vinculada a setores específicos) têm prazo de validade até dezembro deste ano, mas o debate em torno dos termos da renovação já começou.

Renan lembrou que outro mecanismo capaz de contribuir para o equilíbrio das contas municipais – e também dos estados – é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 12/06, apresentada por ele, com base em estudo realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que trata do pagamento de precatórios.

A PEC deverá ser votada pela Comissão de Justiça (CCJ) ainda este mês sem mudanças, de acordo com o relator do projeto, senador César Borges (PFL-BA).

Agripino diz que seu partido analisa o PAC, mas “não vota gato por lebre”

Ao relatar reunião da bancada do PFL que analisou as medidas provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o líder do partido, senador José Agripino (RN), garantiu que a agremiação “irá se debruçar atentamente” sobre o assunto, mas que “não irá votar gato por lebre”. Para Agripino, o PAC pode ser, na verdade, “uma grande falácia, feita para iludir a opinião pública”.

De todas as seis medidas provisórias, a que mais preocupa a bancada do PFL é a MP 349/06, que destina R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para aplicação em infra-estrutura. Segundo Agripino, esses R\$ 5 bilhões não viriam exatamente do fundo,



Para Renan, PEC que trata de precatórios também ajudará a equilibrar contas municipais

A proposta estabelece que de 2% a 3% do orçamento dos estados e municípios sejam reservados ao pagamento de precatórios, mas prevê que os títulos possam ser negociados com descontos no mercado.

– Os municípios e os estados não poderão arcar com o peso dos precatórios sem comprometer obrigações importantes, como a folha de salários, por exemplo.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, entregou a Renan uma pauta de reivindicações que vai nortear a 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a ser realizada de 10 a 12 de abril. Ele pediu ampliação da participação do Senado na luta municipalista.

Apoio

Em declaração na tarde de on-

tem, Renan afirmou estar “cem por cento solidário” ao ex-deputado e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, que anunciou sua desistência da disputa pela presidência do PMDB.

– Estou solidário moral e politicamente com o ministro Nelson Jobim – ressaltou.

Renan defendeu a tese de que a suposta interferência do governo na eleição, em benefício do deputado Michel Temer, deve ser tratada pelas instâncias do partido, inclusive no que se refere ao apoio formal do PMDB ao governo. Entretanto, ao referir-se a uma nota a ser divulgada pelo grupo que apóia Jobim, ele disse que “todos nos sentimos um pouco liberados diante de uma óbvia interferência a essa altura da eleição”.



PFL questiona uso do Fundo de Garantia em infra-estrutura, afirma Agripino

um rombo no Fundo de Garantia. Para compensar esse rombo, aumentou-se a contribuição de 8% para 8,5% e, ainda, criaram-se duas contribuições a mais, que nunca foram extintas.

– Por que agora, identificando-se esse excesso de R\$ 22 bilhões, não se diminui o percentual de contribuição e se extinguem as outras duas contribuições?

Para Virgílio, Lula terá queda-de-braço com governadores

Analisando o resultado da reunião realizada ontem entre o presidente Lula e os 27 governadores, na Granja do Torto, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que “a distância entre o que pretende o governo federal e o que desejam os estados é tão grande que não dá para saber o que está em jogo”. Para o senador, esse dissenso aponta mais um risco para o segundo mandato de Lula: “intermináveis quedas-de-braço” com governadores que vão se refletir diretamente no andamento da pauta legislativa.

Virgílio salientou que o governo já se manifestou contra o compartilhamento de contribuições, como a CPMF. Segundo observou, o presidente Lula propôs levar adiante a reforma tributária baseada no princípio da tributação no destino, mas a proposta, afirmou, é politicamente inviável.



Paim quer distribuição mais equilibrada de recursos entre União, estados e municípios

Paim defende revisão do pacto federativo

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, a formulação de um novo pacto federativo, como forma de equilibrar a distribuição de recursos e de serviços entre União, estados e municípios.

– Essa não é a vontade apenas dos 496 municípios do Rio Grande do Sul, mas de todos os municípios brasileiros – afirmou.

Em sua avaliação, um novo entendimento favorecerá a implementação de políticas sociais em todas as unidades da Federação, além de contribuir para a discussão das reformas tributária e fiscal.

Em seu discurso, Paim lamentou que a questão do pacto federativo não tenha sido abordada durante reunião entre os governadores e o presidente Lula, realizada ontem.



César Borges frisa que o desemprego entre os jovens dobrou entre 1995 e 2005

César Borges cobra estímulo a empregos para os jovens

O desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos do país dobrou no período de 1995 a 2005. Essa é uma das conclusões de estudo feito pelo professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Márcio Porchmann sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. César Borges (PFL-BA), que levou o assunto ao Plenário, cobrou do governo federal medidas efetivas que transformem essa realidade.

O senador advertiu que o crescimento do desemprego nessa faixa etária contribui para o subemprego e o aumento da criminalidade e da morte de jovens.



PAC não destina recursos para saúde, educação e segurança, acusa Mão Santa

Mão Santa pede conclusão de obras inacabadas no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) pediu que o governo federal conclua obras no seu estado, como o porto da cidade de Luís Correia, a Estrada de Ferro Central do Piauí, a linha de trem entre Teresina, Parnaíba e Luís Correia e o pronto-socorro municipal de Teresina.

O senador também cobrou a finalização do hospital universitário, de projetos de irrigação e pontes, e afirmou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não destina recursos para as áreas de saúde, educação e segurança pública.

– Esse PAC é propaganda aumentada e criminosa – disse.

Senadora afirma que o país precisa aproveitar interesse das nações desenvolvidas por fontes alternativas de energia

Brasil deve investir na produção de álcool combustível, diz Ideli

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem, em Plenário, que o Brasil deve investir na produção de álcool combustível levando em conta a proteção do meio ambiente e dos trabalhadores que atuam nas lavouras de cana-de-açúcar. A senadora pediu mais atenção para as normas de segurança desses trabalhadores.

– Precisamos fiscalizar, exigir o registro em carteira, pagar salários condizentes com a produtividade e os lucros fantásticos dessa atividade econômica, que vem ocupando cada vez mais e mais capitais – disse, destacando que o implemento na produção de cana-de-açúcar e de biodiesel poderá fortalecer a economia familiar, além de assentar ou empregar trabalhadores sem-terra e desempregados.

A senadora observou que o Brasil não pode menosprezar os problemas ambientais e sociais decorrentes da expansão da pro-



Ideli pede mais atenção para as normas de proteção de trabalhadores

dução da cana-de-açúcar, como também não poderá repetir os erros que teriam sido cometidos pelo Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

– Não podemos repetir os erros do Proálcool. Não só precisamos de um órgão regulador como também de políticas públicas para preservar o meio ambiente. Daí a necessidade de usar terras degradadas, abandonadas pela pecuária

ou pela soja, e de preferência crescer na produtividade, não na ocupação de novas terras. E não permitir, em hipótese alguma, desmatamento para produção de cana-de-açúcar. E, se for o caso, proibir a ocupação de novas terras na Amazônia para a cultura da cana-de-açúcar – ressaltou.

Ideli destacou a visita que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, fará ao Brasil amanhã e na sexta-feira, lembrando que o país precisa aproveitar as oportunidades geradas com o interesse das nações desenvolvidas por fontes alternativas de energia.

– Junto com os Estados Unidos, somos os maiores produtores mundiais do produto [etanol], mas ninguém tem, como nós, terras, tecnologia e competência para produzi-lo, a um custo menor e a uma produtividade maior. Nossa produtividade na produção de etanol é a maior do mundo.

Alvaro quer definição de “política séria” para etanol e biodiesel

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o Brasil, maior produtor mundial de etanol, deveria ser “ator ativo” e não “mero figurante” no cenário internacional de biocombustíveis. Caberia ao país, portanto, a definição de uma “política séria e enérgica” na defesa de seus interesses.

Alvaro Dias lembrou o Proálcool, criado na década de 70, informando que quase 80% dos veículos foram adaptados para o novo combustível, mas, nas décadas seguintes, por erros

governamentais, em sua opinião, o carro a álcool acabou rejeitado pelos brasileiros.

Mas o etanol é, conforme disse Alvaro, um combustível limpo, que ganhou importância mundial e vem “surfando na onda da busca por combustíveis alternativos”, daí a importância de uma postura mais enérgica por parte do país.

Ele destacou que o Brasil também é pioneiro na pesquisa do biodiesel, combustível derivado da biomassa renovável, e ressaltou que, nesse aspecto, a grande

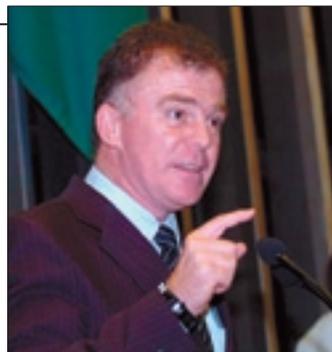


Alvaro aponta diversidade de fontes para produzir biodiesel no país

vantagem da nação não decorre apenas de sua extensão territorial, mas da diversidade de fontes como soja, dendê, mamona, milho, girassol e algodão.

Renato Casagrande defende parceria entre Brasil e EUA

A importância de o presidente Lula aproveitar a vinda ao Brasil do presidente George W. Bush para definir uma parceria entre os dois países em torno da produção de etanol foi destacada por Renato Casagrande (PSB-ES). Se os Estados Unidos sinalizarem para uma redução de cerca de 30% no uso de gasolina como combustível, o



Casagrande: produção pode saltar de 50 bilhões para 130 bilhões de litros

senador acredita que a produção mundial de etanol poderá saltar de 50 bilhões para mais de 130 bilhões de litros por ano.

Comprovada a viabilidade do etanol como combustível de fonte renovável, o senador acredita ser chegada a hora de avançar na extração do álcool da celulose, ainda não realizada em escala industrial no país. Assim, considera fundamental o governo brasileiro definir uma política estruturada e de longo prazo para o etanol.

Em apartes, Gerson Camata (PMDB-ES), Magno Malta (PR-ES), Sibá Machado (PT-AC) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) associaram-se às premissas de Casagrande.



Lúcia Vânia: parceria viabilizará financiamento de projetos para biodiesel

Lúcia Vânia comemora acordo com o Japão

Em discurso no Plenário, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou ontem a formalização de um acordo entre Brasil e Japão para viabilizar financiamentos de projetos para incentivar o mercado de biocombustíveis. A senadora disse que o memorando de entendimento foi assinado na última segunda-feira, na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro.

Lúcia Vânia informou que a parceria entre a Petrobras e o Banco do Japão para Cooperação Internacional tem por objetivo atrair investimentos de empresas japonesas para projetos de produção e transporte de biocombustível. A senadora ressaltou ter participado da assinatura do documento, juntamente com o governador de Goiás, Alcides Rodrigues, e o deputado federal Roberto Balestra (PP-GO).

O acordo prevê, destacou a representante de Goiás, recursos de US\$ 600 milhões para o início, em 2008, das obras de construção de um alcoolduto que ligará os terminais da Petrobras no município de Senador Canedo (GO) à cidade de Paulínia (SP). A senadora observou que o secretário de Fazenda de Goiás, Oton Nascimento, acredita que a venda de álcool poderá render ao Brasil cerca de R\$ 2,5 bilhões anuais.

Lúcia Vânia aproveitou para homenagear o colega senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que iniciou as negociações para construção do alcoolduto há três anos, quando era governador de Goiás. Em aparte, Marconi disse que o alcoolduto vai significar a inserção de Goiás no mercado de exportação de etanol para outros países.



Três medidas que podem ser votadas hoje tratam de segurança, lembra Demostenes

Demostenes destaca propostas contra criminalidade que estão na pauta da CCJ

De acordo com Demostenes Torres (PFL-GO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá votar hoje três itens relacionados à área de segurança pública: a criação de um fundo de combate à violência, a criminalização do uso de telefones celulares em presídios e o aumento do tempo exigido para a progressão de pena para autores

de crimes hediondos.

O fundo de combate à violência não poderá ter, de acordo com a PEC 5/07, montante anual inferior a R\$ 3 bilhões. Seu objetivo será viabilizar ações preventivas e garantir recursos para o apoio às vítimas da violência e aos agentes do poder público diretamente envolvidos no combate à criminalidade.

Outro item na pauta destacado pelo senador trata da progressão de pena – benefício legal a que os presos têm direito após cumprirem determinados requisitos. A proposta aumenta o tempo exigido para que os autores de crime hediondo possam mudar de um regime mais rígido de internação para outro mais brando. Quanto à proposta sobre o uso de

celulares em presídios, trata-se de um substitutivo da Câmara ao PLS 136/06.

Demostenes coordena um grupo de trabalho criado pela CCJ para apresentar propostas na área de segurança pública, e que, segundo ele, deverá realizar duas reuniões por semana até o fim das atividades, previsto para a primeira semana de abril.

Malta pede criação de comissão permanente sobre segurança

A criação de uma comissão permanente sobre segurança pública foi defendida por Magno Malta (PR-ES). O senador disse ter encaminhado à Mesa, em 2003, requerimento pleiteando o novo colegiado, e que este ano solicitou, em ofício ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a instalação de uma comissão com representantes dos três Poderes da República para discutir a questão da violência e elaborar, juntos, respostas para a sociedade.

– É preciso dar um fórum permanente à sociedade, evitando que o Congresso se reúna de forma apressada para discutir o tema apenas quando ocorre uma tragédia – afirmou Malta, apoiado em aparte pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Malta lembrou ainda reunião de Renan com governadores, em



Malta: tema não deve ser discutido apenas quando ocorre uma tragédia

que estes reivindicaram a criação de uma comissão do Congresso para estudar medidas na área de segurança pública. O parlamentar recordou que iniciativa semelhante foi adotada em 2002, quando o Senado aprovou uma série de mudanças na legislação penal, que agora tramitam na Câmara.

Expedito proporrá fundo emergencial para estados defenderem fronteiras

Expedito Júnior (PR-RO) anunciou que pretende apresentar proposta de criação de um fundo emergencial para os estados brasileiros que fazem fronteira com outros países, com duração de dez anos, destinado ao combate dos crimes nos limites fronteiriços.

– Eu não tenho dúvidas de que esses estados podem dar contribuição efetiva, em parceria com o governo federal, mas é óbvio que é preciso estabelecer um convênio com repasse de recursos específicos para essa natureza – assinalou.

O senador comentou os resultados obtidos por seu estado no combate ao crime. Segundo ele, na gestão do governador Ivo Cassol, os índices de crimes violentos em Rondônia caíram consideravelmente, graças a investimentos feitos na área de segurança pública, com aparelhamento e reestruturação do sistema.

Expedito Júnior sugeriu que,



Expedito também quer a ampliação do Grupo de Trabalho Antiviolença da CCJ

após a apresentação do pacote de proposições ligadas à área penal, o Grupo de Trabalho Antiviolença da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) continue ativo e seja ampliado com integrantes de outros colegiados. O senador também propôs que o grupo se divida em sub-relatorias temáticas “para enfrentarmos as causas da violência em toda a sua dimensão”.

Fundo de Combate à Violência deve ser votado hoje, diz ACM

Presidente da CCJ afirma que transporte de presos consome R\$ 1,4 bi por ano, metade dos recursos do fundo. Ele propõe que presos sejam ouvidos por meio de videoconferências

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve deliberar hoje sobre a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade, de autoria de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Sobre a proposição (PEC 5/07), Antonio Carlos comentou que os gastos do governo com o transporte de presos para audiências em 2006, R\$ 1,4 bilhão, correspondem à metade dos recursos que ele propôs para integrar o fundo: R\$ 3 bilhões anuais.

– Registre-se que esse gasto vai continuar até que a Câmara vote projeto já aprovado pelo Senado que inclui a possibilidade de esses criminosos participarem das audiências através de videoconferências – afirmou.

O senador também citou artigo



Antonio Carlos critica Lula por ter retirado o apoio à candidatura de Jobim

do jornalista Washington Novaes sobre a transposição de águas do rio São Francisco, informando que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aprovou a licença prévia para o início das licitações das obras sem o cumprimento dos requisitos iniciais

Camata reclama de gastos públicos com deslocamento de traficante

Para Gerson Camata (PMDB-ES), os gastos do governo com o deslocamento do traficante Fernandinho Beira-Mar – que cumpre pena de prisão no Paraná e esta semana foi prestar depoimento no fórum de Vitória – são um abuso, “uma farra patrocinada com dinheiro do contribuinte”.

– Como o Supremo Tribunal Federal permite o passeio de marginais, de jatinho, de um estado para outro, com um forte aparato policial, não só das polícias militares locais, mas também da Polícia Federal, e com direito a visitas e regalias durante o trajeto? – indagou.

O senador também defendeu

projeto de lei de sua autoria que obriga o advogado a declarar à Receita Federal a origem do dinheiro que recebe como honorário. Ele argumentou que bandidos “mantêm advogados caríssimos” e que é preciso saber de onde vem esse dinheiro.

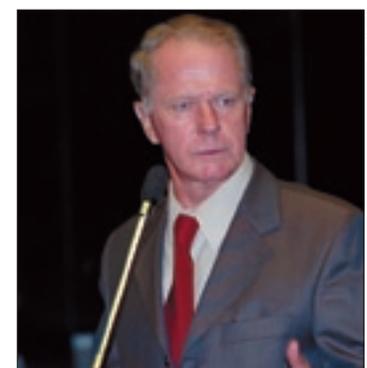
Camata questionou ainda outra decisão das autoridades judiciais brasileiras: a não-extradição de Fernandinho Beira-Mar para os Estados Unidos. As autoridades americanas pediram a extradição devido ao fato de Beira-Mar, quando atuava nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), ter ajudado a introduzir drogas nos Estados Unidos.

exigidos.

Antonio Carlos ainda solidarizou-se com o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, que anunciou sua desistência de disputar a presidência do PMDB na eleição marcada para o próximo domingo. Atribuindo a desistência à retirada do apoio à candidatura por parte do presidente Lula, o senador ressaltou que o presidente da República “tem o hábito de abandonar seus aliados quando pressente a iminência de uma derrota”.

Sobre os ministros a serem nomeados pelo presidente, Antonio Carlos disse considerar que a tendência é que o nível dos novos seja inferior ao dos que estão deixando o poder.

– E fiquemos atentos às roubalheiras, pois elas vão existir – alertou.



Camata afirma que Beira-Mar “passeou de jatinho com dinheiro do contribuinte”

O parlamentar anunciou ainda que apresentará proposta para exigir exame psicológico antes de se conceder indulto a presos ou progressão de penas. “Se nossa mentalidade é colocar o criminoso na cadeia para recuperá-lo, vamos dar o abono apenas se ele estiver mesmo recuperado”, disse.

Acre e parte do Amazonas devem ter novo fuso horário

A diferença de fuso horário do Acre e de parte do Amazonas em relação a Brasília pode passar a ser de uma hora a menos, e não mais de duas horas, como ocorre atualmente. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer de Delcídio Amaral (PT-MS) a projeto de Tião Viana (PT-AC) nesse sentido. Pela proposta (PLS 305/06), as áreas beneficiadas deixarão de estar submetidas ao fuso caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas e passarão a seguir o fuso horário de Greenwich menos quatro horas.

Segundo Viana, o Acre e o Amazonas são bastante prejudicados pela diferença de duas horas em relação a Brasília, situação que se agrava durante o horário de verão, quando passa a ser de três horas. Ele lembrou que está tramitando projeto que visa convocar plebiscito para ouvir as populações a respeito da alteração no fuso horário.

– Caso seja aprovada proposta de convocação do plebiscito, esse projeto terá sua tramitação sustada até que a população decida sobre a questão – afirmou, na justificativa da matéria.

Em seu parecer, Delcídio salienta que a atual diferença de duas horas prejudica a integração do Acre e de parte do Amazonas com o restante do país. Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a mudança vai representar economia de energia. A matéria terá decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Comissão debate identificação de apostador de loteria

O projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que torna obrigatória a identificação do apostador de loterias administradas pela Caixa Econômica Federal começou a ser debatido ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No comando dos trabalhos, o vice-presidente, Eliseu Rezende (PFL-MG), propôs que a discussão fosse retomada na próxima semana, quando o autor estará presente e poderá debater o projeto (PLS 322/04).

O relator, senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), ofereceu parecer favorável ao texto.

Passa na Comissão de Assuntos Econômicos e vai a Plenário proposta que transfere ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica atribuição que hoje é do Banco Central

Cade pode assumir fiscalização da concorrência entre bancos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem voto favorável da relatora a projeto que retira do Banco Central (BC) a atribuição de regular a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). De acordo com o texto, a função de reprimir abusos de poder econômico praticados por bancos passa ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça já incumbida de regular a concorrência nos demais setores da economia.

Na reunião, os senadores também aprovaram requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para que a matéria seja examinada com urgência em Plenário. A proposta (PLS 412/03-Complementar) havia recebido parecer favorável na Comissão de Justiça (CCJ).

De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o texto recebeu na CAE voto favorável da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), com emenda que autoriza o Cade a firmar termo de compromisso com as instituições que venham a ser julgadas por abusos. Nesse termo, serão especificadas as obrigações que o banco deverá assumir para acabar com a prática denunciada e cessar seus efeitos lesivos.

Conforme o autor, há descon-



Senadores da CAE aprovaram pedido de urgência para votação da matéria em Plenário

tentamento na sociedade com a insuficiência de medidas, por parte do BC, para sanar problemas causados pela falta de concorrência no setor. Argumenta que os bancos brasileiros apresentam baixa eficiência e são pouco competitivos.

Lucros excessivos

Segundo Antonio Carlos, as distorções no setor resultam em crescente elevação de tarifas, de juros e de spreads (diferença entre o que é pago aos aplicadores e o custo cobrado aos tomadores de recursos). Como resultado, afirma, ocorre um “desmesurado aumento” da lucratividade.

Para viabilizar as medidas propostas, o projeto modifica a Lei 4.595, de 1964, que regula a política monetária. O texto estende ainda as atribuições de

defesa da concorrência no setor financeiro para a Secretaria de Direito Econômico (SDE), também no Ministério da Justiça, e para a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE), vinculada ao Ministério da Fazenda.

Ao lado do Cade, esses dois órgãos formam a base do sistema brasileiro de defesa econômica. O Cade julga processos decorrentes de investigações conduzidas pelas duas secretarias, inclusive nos casos de aquisições, fusões e outras modificações societárias que envolvam riscos de concentração de mercado. O projeto reforça essa obrigação. Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Renato Casagrande (PSB-ES), Romeu Tuma (PFL-SP) e Marconi Perillo manifestaram apoio à proposta.



Para Tião Viana, medida representa “uma reparação mínima devida pela sociedade”

Mello (PTB-AL), considera a concessão do auxílio uma medida “justa e viável”. Ele apresentou emenda para que a proposta atenda requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que as despesas com as pensões tenham amparo no Orçamento. Caberá ao Executivo calcular a despesa e incluir o montante no projeto orçamentário anual.

Meta monetária é aprovada na CAE

A mensagem encaminhada pelo Executivo que trata da programação monetária para o primeiro trimestre deste ano foi acolhida ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria será encaminhada para votação no Plenário.

De acordo com relatório do Banco Central, que acompanha a mensagem, registram-se reduções das projeções de crescimento da economia para este ano. Mesmo assim, as expectativas são de queda da inflação e das taxas de juros, com “razoável dinamismo do comércio exterior” e alta nos preços das commodities.

Adiado exame de uso de precatório

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram adiar a votação do projeto que dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais, de autoria do senador Almeida Lima (PMDB-SE).

O relator, Edison Lobão (PFL-MA), apresentou parecer favorável ao projeto, mas pediu o adiamento da votação para a próxima semana, com o objetivo de examinar a possibilidade de apensar a matéria a outras duas que tratam do mesmo assunto. Depois da CAE, o texto será examinado em Plenário.

Mais verba para crédito rural

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em exercício, Eliseu Rezende (PFL-MG), concedeu vista para quatro projetos que tramitam na comissão. Um dos textos (PLS 320/03) dispõe sobre uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador para crédito rural. Outro (PLS 273/03) permite ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, usando o FGTS. Já o PLS 110/04 destina a renda de um concurso de loteria à Cruz Vermelha, e o PLS 19/05 veta corte de despesas para pagamento de compensações financeiras a entes públicos.



Segundo Valadares, após quatro anos na Câmara, proposta será examinada

Valadares: PEC da revitalização do São Francisco será votada

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) informou ontem que a proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 524/02) destinada a criar o Fundo de Revitalização Hidroambiental do Rio São Francisco, aprovada pelo Senado e enviada à Câmara em 2002, irá a Plenário naquela Casa. Esse teria sido o compromisso firmado pelo próprio presidente da instituição, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), após quatro anos de discussões, período em que a matéria passou por mudanças.

O senador explicou que, se sua emenda for aprovada, R\$ 250 milhões serão destinados anualmente ao fundo, durante 20 anos.



Governo inicia providências para executar o projeto, informa Suplicy

Suplicy espera argumentos sólidos do governo

Ao observar que o governo federal começa a tomar providências para iniciar a execução do projeto de transposição de águas do rio São Francisco, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse esperar que o Ministério da Integração Nacional tenha argumentos sólidos a apresentar nesse debate.

O senador assinalou que o projeto “tem o objetivo de acabar com o problema da seca no semi-árido”, mas lembrou a posição de críticos da transposição, como dom Luiz Flávio Cappio, que “estão convencidos de que existem opções melhores, socialmente mais justas e mais baratas”.

Mudança aprovada pela Comissão de Educação legitima a concessão de direitos trabalhistas, como o pagamento de hora extra

Carnaval, Paixão e *Corpus Christi* podem tornar-se feriados nacionais

A terça-feira de carnaval, a sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de Corpus Christi serão incluídas entre os feriados nacionais, segundo projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE).

Em seu voto favorável à proposta (PLS 157/06), o relator, senador Marco Maciel (PFL-PE), considerou a inclusão dos novos feriados como uma “exigência das relações trabalhistas”, em particular no setor privado. Com a aprovação do projeto, observou o senador, será legitimada a concessão de direitos trabalhistas referentes a esses feriados, seja em relação à paralisação de atividades ou à remuneração extraordinária dos empregados que vierem a trabalhar nessas datas.

Aprovado por unanimidade, o projeto altera a Lei 662, de 1949, que regulamenta os feriados nacionais. Uma emenda do relator modificou ainda a Lei 9.093/95, para retirar do texto, que trata dos feriados religiosos, a sexta-feira da Paixão. Com isso, o relator procurou evitar a duplicidade de menções à mesma data em leis diferentes.

Debates

A comissão decidiu ainda realizar três audiências públicas. O novo Programa de Desenvolvimento da Educação, apresentado na segunda-feira pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, ao presidente Lula, deverá ser o tema



Colegiado decide realizar audiências sobre programa de educação e dois projetos de lei

da primeira delas. Proposto por Renato Casagrande (PSB-ES), o debate permitirá aos senadores apresentar sugestões ao ministro antes da divulgação oficial das medidas.

A segunda audiência, proposta por Cícero Lucena (PSDB-PB), irá debater o Projeto de Lei do Senado 284/06, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que trata do planejamento familiar e reduz para 18 anos a idade mínima da opção pela esterilização cirúrgica. A terceira audiência, solicitada por Patrícia Saboya (PSB-CE), destina-se ao debate do Projeto de Lei 281/05, de sua autoria, que permite a ampliação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

A pedido do senador Augusto Botelho (PT-RR), foi concedida vista do Projeto de Lei do Senado 4/06, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CE, que modifica

diversos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Entre as medidas do projeto, estão a obrigatoriedade do atendimento médico e odontológico a estudantes e a avaliação do rendimento escolar na educação infantil.

Segundo Augusto, a assessoria técnica do PT solicitou tempo para avaliar o impacto das medidas. O pedido de vista foi criticado pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Marisa Serrano (PSDB-MS). O projeto, que recebeu voto favorável do relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), voltará à pauta na próxima semana.

Poupança Jovem

Também na reunião de ontem, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou o lançamento, pelo governo de Minas Gerais, do programa Poupança Jovem, que garante o depósito anual de R\$ 1 mil a alunos do ensino médio que tenham bom rendimento escolar.

Instituto apresenta projeto de ensino de ética a jovens

Em reunião na manhã de ontem, o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), conheceu o projeto Responsabilidade Social Corporativa na Escola (RSC na Escola), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), com sede em Campinas (SP).

Segundo o diretor-presidente do instituto, Douglas Flinto, o principal objetivo do RSC na Escola é levar para dentro das salas de aula dos ensinos fundamental e médio conceitos como ética, cidadania e responsabilidades

social e ambiental.

Cristovam se comprometeu a enviar correspondências para o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e para a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) recomendando o projeto e destacando sua importância e qualidade.

– É a forma de termos uma sociedade melhor. Ou começamos ensinando para as crianças comportamento ético, ou teremos adultos que não se comportarão decentemente – avaliou.

Com a utilização dos livros RSC Adolescente – Responsabilidade social corporativa e RS Teen – Responsabilidade social das

empresas, e da história em quadrinhos Ético, o ET Legal, o projeto apresenta a crianças e adolescentes dos ensinos médio e fundamental os conceitos de responsabilidade ética, social e ambiental e trata de assuntos como direitos do consumidor, desenvolvimento sustentável, tecnologia social, consumo sustentável e trabalho voluntário, entre outros.

De acordo com Douglas Flinto, a partir do próximo semestre, estudantes de escolas públicas de Campinas começarão a entrar em contato com as cartilhas e com a história em quadrinhos, por meio de convênio com o governo de São Paulo.

Cristovam lamenta pouca atenção dada ao PAC da Educação

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) se disse preocupado diante da “pouca importância” que a mídia e o próprio governo atribuíram ao chamado PAC da Educação, ou Programa de Desenvolvimento da Educação, anunciado na segunda-feira, quando comparada à grande repercussão do anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para ele, isso mostra que, no Brasil, “a educação sempre entra pegando carona com a economia”.

O Programa de Desenvolvimento da Educação prevê um acréscimo de 0,4% a 0,5% do produto interno bruto (PIB) em investimentos no setor, nos próximos anos, além dos recursos previstos no Orçamento da União deste ano. A estimativa do ministro da Educação, Fernando Haddad, é de que sejam adicionados investimentos superiores a R\$ 8 bilhões até 2010 para a implementação do programa.

Cristovam lamentou que o pacote de medidas não tenha sensibilizado a opinião pública como o da economia o fez.

– Até mesmo quando alguém dá um pouco mais de importância à educação, não é pela educação em si, mas porque ela ajuda a melhorar o salário – lamentou o senador.

Além disso, Cristovam acrescentou que as medidas não abordam a chamada “revolução educacional” da forma que o Brasil necessita. Ele criticou, por exemplo, o fato de o projeto deixar como responsabilidade dos prefeitos e dos governadores a educação de base, quando, em sua opinião, esta deveria ser uma responsabilidade da União.

– Falta uma Lei de Responsabilidade Educacional que obrigue a todos cumprirem as metas – cobrou o parlamentar.



“Educação sempre entra pegando carona com a economia”, observa Cristovam

Seis propostas estão prontas para a ordem do dia, entre elas a que acaba com exigência de vínculo ao FGTS para que o empregado doméstico tenha direito a seguro-desemprego

Senado deve apressar votação de projetos que beneficiam a mulher

As bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado definiram uma lista com 29 projetos cuja votação é considerada prioritária. Entre as propostas, seis já estão prontas para a ordem do dia do Plenário do Senado.

A primeira proposição (PLC 12/00), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família, autoriza o Executivo a criar projetos habitacionais, nos moldes dos financiados pelo governo, que favoreçam mulheres com renda familiar mensal de até três salários mínimos, quando estas forem as únicas responsáveis pelo sustento de família.

De acordo com o texto, devem ser respeitadas especificidades como o estabelecimento de cota mínima anual de atendimento a mulheres com renda familiar mensal de até três salários mínimos e com filhos de até 14 anos. Também deve ser dada prioridade de atendimento para famílias residentes em áreas consideradas de risco, além da adoção de processo simplificado de inscrição e tomada de crédito.

Seguro-desemprego

Outro projeto altera a Lei 5.859/72, para assegurar a todos



os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego (PLC 105/05). A proposição acaba com a exigência da vinculação do empregado doméstico ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a concessão do benefício.

Normas para o uso médico de próteses de silicone serão editadas se transformado

em lei o PLC 26/99, que proíbe implantação cirúrgica ou inoculação de silicone sem assinatura de termo de responsabilidade do paciente ou de seu responsável. Durante a discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi aprovada mudança para vedar a implantação de prótese de silicone em menores de 18 anos, mas a emenda foi rejeitada pelo relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Augusto Botelho (PT-RR). Ele lembrou a necessidade de adolescentes utilizarem o silicone em casos de reconstrução de mama, por exemplo.

União estável

Há ainda o PLC 25/04, que permite a inclusão, no sistema previdenciário público, dos integrantes de sociedade conjugal

ou união estável que prestem serviços sem remuneração em suas próprias residências e que não estejam enquadrados em nenhuma das categorias de segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social. O recolhimento da contribuição ficará sob a responsabilidade do cônjuge ou companheiro que perceba renda.

Pesquisa

Também pode entrar na ordem do dia proposição (PLC 34/04) que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam) – documento que deverá conter dados estatísticos relativos ao trabalho, à educação, à saúde e ao perfil da população feminina, além de notícias sobre os tratados internacionais que o Brasil tenha celebrado e as conferências pertinentes de que participe.

O relatório determina a compilação de dados da população feminina no Brasil relacionados a emprego formal, bem como informações sobre o número de vítimas de violência; índice de participação trabalhista em ambientes insalubres; e expectativa média de vida; entre outras. A pesquisa deverá ser feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Brasília, Cuiabá, Belém, Manaus, Fortaleza e Curitiba.

Outra matéria (PLC 33/06) que pode ser analisada em Plenário é a que institui 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Lobão: prefeito de Curionópolis apóia garimpeiros de Serra Pelada

Autor do decreto legislativo que destinou 100 hectares em Serra Pelada aos garimpeiros, Edison Lobão (PFL-MA) esteve na área do garimpo, no último domingo, participando da entrega oficial do alvará de concessão para pesquisa e lavra de minérios. Lobão testemunhou que o prefeito de Curionópolis (PA), Sebastião Curió, declarou apoio aos garimpeiros.

A imprensa vinha noticiando que Curió seria contra a reabertura

do garimpo sob a alegação de que a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros estaria em situação irregular. A suposta oposição da autoridade municipal levou Mário Couto (PSDB-PA) a ocupar, segunda-feira, a tribuna do Plenário e declarar que o prefeito é “um carcará disfarçado de Curió”.

Lobão disse que, nesse mesmo dia, o prefeito assinou o alvará de licença para o funcionamento do garimpo. Mário Couto prometeu que retirará tudo o que falou e até



Lobão é autor do decreto legislativo que permitiu a reabertura do garimpo na área

pedirá desculpas se for confirmado que Curió apóia o retorno das atividades em Serra Pelada. Lobão foi aparteado por Romeu Tuma (PFL-SP).

Gilvam destaca esforço de ministro para implantação da TV digital

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou ontem, em pronunciamento no Plenário, o trabalho do senador licenciado e ministro das Comunicações, Hélio Costa, pela adoção do sistema de TV digital no país.

– Ele conduziu com incrível imparcialidade o processo que resultou na escolha do modelo para o sistema brasileiro – afirmou, ao sustentar que a TV digital será um dos assuntos que mais mobilizarão a sociedade e o Parlamento nos próximos anos.

Gilvam lembrou que o ministério está implantando “o maior programa de inclusão digital da América Latina”, denominado Governo Eletrônico – Serviço de



Gilvam (foto) lembra ação de Hélio Costa em favor da inclusão digital

Atendimento ao Cidadão (Gesac). Essa iniciativa, disse, vai dotar todo município brasileiro de, pelo menos, um computador para uso público, conectado à internet.

Virgílio: Zona Franca sabe conciliar tecnologia e respeito ao ambiente

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), elogiou ontem o trabalho desenvolvido pelo Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTI-PIM). Para o senador, a Zona Franca de Manaus é um exemplo concreto de êxito do desenvolvimento sustentável da Amazônia, pois consegue conciliar elevado grau de avanço tecnológico e respeito ao meio ambiente.

– Menciono um dado que comprova a afirmação: o estado do Amazonas mantém intactos 98% da grande floresta, orgulho do Brasil e objeto de admiração mundial.

Virgílio também saudou



Arthur Virgílio: Amazonas mantém intactos 98% da área florestal

a presença, em Brasília, de prefeitos que vieram analisar 51 propostas legislativas de interesse de suas localidades, em tramitação no Congresso.

Mozarildo espera medidas para fortalecer a Suframa

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) congratulou a direção da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) pelos seus 40 anos de existência. Além da expectativa de fortalecimento da instituição pelo governo federal, o senador torce pela manutenção dos investimentos em prol do desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Mozarildo lembrou que a criação da Suframa teve como objetivo expandir e interiorizar ações no Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e parte do Amapá. Uma das diretrizes para alcançar essas metas, conforme assinalou, é promover o aproveitamento das potencialidades regionais e atrair



Mozarildo Cavalcanti destaca os 40 anos de criação da instituição

investimentos produtivos capazes de gerar emprego e renda, melhorar a distribuição da riqueza e explorar, de forma racional, os recursos naturais.